Apresentação: 18/03/2025 12:31:17.383 - Mesa
REQ n.880/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Casa Civil, Sr. **Rui Costa**, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Governo Federal de impor sigilo de 100 anos sobre informações relacionadas à primeira-dama, Janja, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EXª. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Casa Civil, Sr. **Rui Costa**, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Governo Federal de impor sigilo de 100 anos sobre informações relacionadas à primeira-dama, Janja, conforme amplamente noticiado pela mídia[1].

[1] https://www.gazetadopovo.com.br/republica/transparencia-internacional-critica-sigilos-do-governo-em-informacoes-sobre-janja/
https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/21/governo-lula-impoe-sigilos-de-100-anos-a-dados-que-vao-de-agenda-de-janja-a-comunicacoes-sobre-robinho-diz-jornal.ghtml
https://www.gazetadopovo.com.br/republica/transparencia-internacional-critica-sigilos-do-governo-em-informacoes-sobre-janja/

CD259353630700
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259353630700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 18/03/2025 12:31:17.383 - Mesa
REQ n.880/2025

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, se faz imprescindível para que sejam prestados esclarecimentos sobre a recente decisão do Governo Federal de impor um sigilo de 100 anos sobre informações relacionadas à primeira-dama, Janja. Este fato, amplamente noticiado pela mídia, não apenas levanta sérias preocupações sobre a transparência e a legalidade dessa decisão, mas também questiona o compromisso do governo com os princípios da administração pública que garantem o direito ao acesso à informação.

A imposição de um sigilo tão extenso sobre informações envolvendo figuras públicas, especialmente aquelas que atuam no âmbito do governo, deve ser examinado com rigor. A transparência é um pilar fundamental para a legitimidade das ações governamentais e, ao restringir o acesso a informações sobre a primeira-dama, o governo fere o direito da sociedade de conhecer a verdade sobre a utilização de recursos públicos e a atuação dos agentes públicos.

A notória crítica da Transparência Internacional à medida de sigilo não pode ser ignorada. Essa organização ao afirmar que a falta de transparência sobre a primeira-dama levanta preocupações sobre a administração pública e a integridade do sistema democrático, reflete um sentimento geral que precisa ser abordado de forma imediata e clara. A ausência de explicações satisfatórias pode gerar um clima de desconfiança em relação à gestão pública, comprometendo a credibilidade do governo.

Além disso, é fundamental que se esclareça se houve estudos ou consultas públicas que justificassem essa decisão e se a medida foi baseada em critérios técnicos válidos. O sigilo de 100 anos pode ser interpretado como uma tentativa de ocultar informações sensíveis que não deveriam estar protegidas pelo segredo, especialmente uma vez que informações dessa natureza têm implicações diretas no controle social e na fiscalização das ações governamentais.

É nosso dever, como representantes do povo, garantir que ações como essa não transitam no campo da opacidade e que todos os responsáveis sejam chamados a esclarecer os motivos que justificam esse prazo tão extenso de sigilo. A convocação

CD259353630700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259353630700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 18/03/2025 12:31:17.383 - Mesa
REQ n.880/2025

do Ministro Rui Costa no plenário da Câmara dos Deputados possibilitará um debate aprofundado, onde todos os parlamentares poderão exercer seu direito de questionar e buscar clareza em relação a um assunto de tamanha relevância.

Portanto, a convocação se alinha à necessidade de assegurar a boa governança, permitindo que esta Casa Legislativa exerça sua função fiscalizadora de maneira eficaz. Nesse sentido, solicitamos a inclusão e aprovação deste requerimento na pauta de deliberações, garantindo assim que os representantes do povo tenham a oportunidade de ouvir diretamente do Ministro as justificativas para essa medida e assegurar que o interesse público prevaleça.

Sala das Sessões, em _ de janeiro de 2025.

Deputado Federal **MARCOS POLLON**
PL/MS

CD259353630700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259353630700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon